

Os ditos e os não-ditos do racismo no policiamento ostensivo

Pesquisa analisou dados estatísticos de prisões em flagrante, letalidade da ação policial e discursos dos policiais e demonstrou que raça é filtro de seletividade da ação policial

André Sales Cedro, Henrique Macedo, Laura Gonçalves de Lima e Luiza Correa de Magalhães Dutra
27 de outubro de 2020

LEO CALDAS (F)/FOLHAPRESS



Abordagem policial da Força Nacional a jovens na região metropolitana de Recife

Publicamos recentemente os resultados da pesquisa *Policiamento Ostensivo e Relações Raciais: um estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime*. Coordenada pela professora dra. Jacqueline Sinhoretto, a pesquisa contou com financiamento do CNPq e foi resultado da colaboração de grupos de pesquisadoras e pesquisadores membros do INCT-INEAC do Distrito Federal (PPGSOL/UnB), Minas Gerais (NESP/FJP), Rio Grande do Sul (GPESC/PUCRS) e São Paulo (UFSCar/GEVAC).

A pesquisa buscou compreender como o racismo toma corpo no cotidiano do policiamento ostensivo nas quatro unidades federativas; tanto nas interações das Polícias Militares com os diversos grupos sociais, quanto nas relações dentro das próprias instituições. Para tal, a pesquisa analisou dados estatísticos de prisões em flagrante, letalidade da ação policial e discursos dos policiais a partir da realização de entrevistas e grupos focais.

Em Minas Gerais, entre os anos de 2013 e 2018, a razão de chance de pessoas negras serem presas em flagrante foi de 2,3 a 3 vezes maior do que pessoas brancas; entre 2013 e 2017, a razão de chance de pessoas negras serem mortas em ações policiais foi entre 4 e 5 vezes maior do que a de pessoas brancas. Em São Paulo, entre os anos de 2014 e 2017, a razão de chance de prisão em flagrante para pessoas negras foi de 2,2 a 2,4 vezes maior do que a de pessoas brancas; e a razão de chance de pessoas negras serem mortas em ações policiais, no ano de 2018, foi 2,8 vezes maior do que a de pessoas brancas. Na cidade de São Paulo a diferença da razão de chances de pessoas negras serem mortas em ações policiais chegou a ser 7 vezes maior do que de pessoas brancas. No Distrito Federal, os boletins de ocorrência que tivemos acesso não traziam a informação raça/etnia preenchida

em 99,2% das prisões em flagrante e em 84,1% dos registros de morte em decorrência da ação policial. As instituições responsáveis pela segurança pública no Rio Grande do Sul não disponibilizaram os dados solicitados.

Sabemos da importância de dados estatísticos para a inteligibilidade dos fenômenos sociais. Por um lado, os dados aos quais tivemos acesso reiteram o que há muito tem sido enunciado pelos movimentos negros no Brasil - raça é filtro de seletividade da ação policial. Por outro, a produção deficitária e mesmo a recusa de agentes e instituições em produzir e/ou conceder acesso aos dados estatísticos sobre o perfil racial de pessoas presas em flagrante ou mortas em decorrência de ação policial testemunham um movimento de silenciamento das tensões raciais (re)produzidas pelo estado em suas funções policiais.

Esse silenciamento das tensões raciais, típico de uma sociedade que por muito tempo representou a si mesma como uma democracia racial, também foi observado nas entrevistas e nos grupos focais. Os resultados qualitativos chamam atenção para a similaridade das narrativas coletadas; nos quatro estados pesquisados os policiais afirmaram que o racismo não interfere na atividade policial.

Porém, no que tange as relações estabelecidas entre as Polícias Militares e a sociedade civil, no campo de atividade de policiamento ostensivo, as narrativas policiais sobre a construção do suspeito, a partir da descrição de roupas, cortes de cabelo, jeitos de andar e reagir à presença policial, deixa claro o pressuposto de que o tipo ideal de suspeito para as polícias militares é o jovem homem negro. Para contornar o componente racial não-dito, mas evidenciado nas descrições e nos dados estatísticos, os policiais argumentam que a maior incidência da vigilância e da violência em corpos negros está relacionada às desigualdades sociais que estruturam a sociedade brasileira. Grosso modo, para os policiais, porque a sociedade brasileira é racista, negros compõem a população pobre e, por isso, cometem mais crimes.

Por sua vez, no que diz respeito às relações internas às polícias militares, via de regra, o racismo não é reconhecido como lógica orientadora de condutas nas corporações. É importante lembrar que, entre as instituições públicas do Brasil, as PMs foram espaço em que homens negros encontraram oportunidade de trabalho formal. Apesar disto, nas entrevistas realizadas com policiais negros emergem relatos de experiências que marcam a discriminação racial na trajetória destes agentes entre seus pares. É, sobretudo, o receio que policiais negros têm sobre a segurança de seus parentes e de si mesmos em abordagens policiais, quando não estão fardados, o que evidencia a consciência dolorida de integrarem uma corporação que, ao mesmo tempo, oferece oportunidades e criminaliza homens negros. Assim, raça é determinante na construção do policial militar negro, que se confronta diariamente com representações sociais construídas por um imaginário racista.

Como os agentes policiais, a sociedade brasileira se orienta por narrativas que tendem a considerar o racismo como falha de caráter individual e a violência como atributo da pobreza e da exclusão social. Característica fundamental de nossa sociedade, operando entre ditos e não-ditos, o racismo é lógica fundamental das dinâmicas do policiamento ostensivo no Brasil. Além da criminalização e da morte de jovens negros, o racismo também garante a impunidade de crimes cometidos por pessoas brancas, que não constituem objeto de vigilância policial.

André Sales Cedro

Doutorando e Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFSCar, pesquisador do GEVAC e membro do INCT-INEAC

Henrique Macedo

Doutorando e Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFSCar, pesquisador do GEVAC e membro do INCT-INEAC

Laura Gonçalves de Lima

Doutoranda em sociologia pela UnB; mestra em ciências sociais pela UnB; pesquisadora do NEVIS e pesquisadora associada do INCT-INEAC

Luiza Correa de Magalhães Dutra

Mestra em Ciências Criminais pelo PPGCCrim da PUCRS, pesquisadora do GPESC e membro do INCT-INEAC

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/kak6fxborg>

